

Jornalismo

A radicalidade como centro — e como técnica

As implicações políticas, jornalísticas e intelectuais do
Manual da Redação da Folha de S.Paulo, totalmente
reformulado

Eugênio Bucci



Uirá Machado (coord.).

Manual da Redação.

Publifolha • 488 pp • R\$ 74,90

O Manual da Redação, da Folha de S.Paulo, relançado em sua quinta versão (a última é de 2001), condensa quase quatro décadas da prática pensante ou, o que dá no mesmo, do pensamento prático de uma redação. Logo, o que devemos pôr em perspectiva, mais que um livro isolado, é uma práxis. De 1984 até hoje, as cinco versões do Manual (um total de 21 edições) sedimentaram protocolos de conduta e ideais humanistas que edificam uma escola de imprensa. Não há exagero na expressão: o Manual exprime e demarca uma verdadeira escola de imprensa. Desde o final da ditadura militar (1964-85), nenhuma outra experiência editorial no Brasil teve igual relevo.

O Projeto Folha, como é chamado por seus autores e seus protagonistas, além de ter mudado a própria Folha, redefiniu, de modo às vezes pouco perceptível, mas indelével, toda a cultura jornalística brasileira. Seus axiomas e postulados foram transfundidos para outras redações — as concorrentes, inclusive — por meio de milhares de profissionais que, formados na Barão de Limeira, mudaram de emprego e reproduziram, com ou sem adaptações, os mesmos cânones e modos de fazer. O desenho desse “contágio”, desse alastramento, corresponde a modelos típicos de reprodução cultural, o que corrobora uma impressão difusa de que a Folha pôs em marcha, por meio da escola que fundou, uma nova cultura jornalística no Brasil.

Não é pouco e não é por acaso. No Projeto Folha, cultura jornalística resulta de um hibridismo entre técnica aplicada e fundamentos filosóficos. Na face prática, o Manual apresenta uma fieira de receituários um tanto hiper-realistas — embora menos obsessivos do que em versões anteriores — que normatizam quase tudo, desde a dosagem da ironia no texto final até a etiqueta dos repórteres nas redes sociais.

Em sua face teórica, ativa categorias abstratas, a partir das quais uma concepção de sociedade e de democracia ganha densidade e altitude. O Manual não poupa recomendações procedimentais elementares para um ofício que conjuga o manuseio do bloco de notas com a faculdade improvável de escutar as fissuras do discurso, exatamente ali onde a fala se trai. De outra parte, em seus arcos ensaísticos, fixa plataformas de lançamento para reflexões menos comezinhas.

O interessante é que essas reflexões só adquirem sentido, só incidem no mundo quando associadas à imaginação e à inteligência do profissional que é leitor, usuário e praticante do Manual. Estamos falando de uma obra que enquadra aquele a quem se dirige — isso sem a menor dúvida —, mas que também confere ao seu destinatário, mais do que autonomia, liberdade, que interpela o jornalista como operário da notícia,

mas também como intelectual, cobrando-lhe atitudes críticas, seja em relação às intersecções entre a esfera da verificação dos fatos e o domínio político, seja em relação ao fazer jornalístico, seja sobre o jornal em que trabalha.

O segredo para a longevidade e a jovialidade do Projeto Folha — essa escola ou essa cultura — passa por uma fórmula que disciplina o hábito ao mesmo tempo que convida à contestação. De um modo nem tão explícita, mas indisfarçável, o Manual convoca a atividade jornalística como se ela fosse, mais que um ofício ou uma profissão, um estágio avançado de militância. Aqui, a palavra “militância” vem dotada de um sentido que deriva do ativismo dos jovens que, no movimento estudantil dos anos 70 e 80, reuniam-se em jornadas contra a ditadura. O jornalista constituído em cada verbete é, sim, um profissional assalariado, é um colaborador, ou, ainda, um agente de mercado devotado ao “consumidor” de notícias e informações (o “leitor-cidadão”), mas, em sua distinção mais cortante e essencial, é sujeito de intervenção política, de tal modo que sua atuação se projeta, para além da profissão, em ato político.

Mas não partidário. No caso presente, o ato político se distingue de todos os demais por um traço não exatamente óbvio. O ato do jornalista se reveste de potencial político porque fere o poder — ou não será jornalismo —, mas, segundo as balizas do Manual, há de ser um ato apartidário. O jornalista é um militante, sim, mas um militante do apartidarismo, ou um militante que toma partido do apartidarismo, um sujeito que age sobre o mundo político sem tomar parte deliberada em disputas partidárias.

Há nessa atitude um rigor extremo, por certo, sem prejuízo de um espírito juvenil, com sabor de adolescência iluminista, herdeira da tradição revolucionária que vem dos pregadores do liberalismo e se estende até os inventores da democracia contemporânea e gera frutos até hoje. O jornalista, ora definido como o mais atípico dos militantes, pertence, portanto, à tradição dos radicais, mas com uma distinção peculiar: o seu

radicalismo não tem parti pris e repele alinhamentos tanto à esquerda como à direita. Trata-se de um radical que não tem lado.

Os menos familiarizados com a cultura jornalística embatucam: como é que é? Que história é essa de radical que não tem lado? Se esse radical não tem lado, ele seria então um radical de centro? Vamos lá. Um velho lugar-comum da filosofia política reitera que todo pensamento político ou bem é de direita, ou bem é de esquerda. Não poderia haver um “pensamento de centro”, assim como não poderia haver um “radicalismo de centro”.

Segundo o mesmo lugar-comum, no centro do espectro ideológico haveria apenas acomodações superficiais, sem fidelidade às raízes. No centro não haveria um pensamento propriamente dito, mas apenas as contingências e as circunstâncias. Daí, a ideia de um radical que não tem lado não pararia de pé, não passaria de um oxímoro.

Com todo o respeito ao velho lugar-comum, a ideia de um radicalismo de centro não é uma contradição em termos. O jornalismo — especialmente segundo o Manual — consiste numa atividade política de outra extração. Por isso, pode estar ao centro sem perder a radicalidade. Para entender como isso se dá, precisamos entender que a ação do jornalista, que interfere no domínio político, não se reduz a uma atividade política *stricto sensu*.

A verificação dos fatos, exercício nuclear da profissão, não pode ser compreendida pelas chaves próprias da política em sentido estrito — aquela cujos agentes se distribuem da direita à esquerda. O trabalho cotidiano de verificar os fatos comparece à política, mas, na sua essência, finca suas raízes no exterior do domínio político, de sorte que as réguas próprias da política não dão conta de medir a extensão e as curvaturas em difração da ação do jornalista.

Embora a militância própria da imprensa constitua — ou ajude a constituir — as realidades políticas, ela não é, em seu núcleo de origem, uma atividade política como as demais. A imprensa comparece à política, nem que seja por dever de ofício, mas não se resolve nem se contém dentro do domínio político.

Um fato é um fato é um fato

Visto fora da política, um fato é apenas um fato. Não é de esquerda, não é de direita e muito menos de centro: é mera e simplesmente um fato (com o perdão do uso dos advérbios, um cacete que o Manual combate).

Os fatos comportam leituras à esquerda ou à direita, mas, considerados como dados, são somente fatos. Que o nome de Leon Trotsky tenha sido banido dos livros de história na era stalinista é um fato, não uma controvérsia da ordem da opinião. Esse fato pode ter tido motivações partidárias, assim como pode ter tido efeitos partidários, mas o banimento do nome de Trotsky dos livros soviéticos é um fato histórico que não carece de qualquer adjetivação adicional.

Quem cuidou do tema — e o ilustrou com a proscrição de Trotsky — foi Hannah Arendt. Em *Verdade e política* (publicado na *New Yorker*, em 1987), a filósofa se dedica à “verdade factual” e insiste que o domínio político não contém (não detém, não retém) o trabalho daqueles a quem cabe verificar a verdade dos fatos. Ao dar nomes aos verificadores — a testemunha, o repórter, o historiador, o filósofo —, ela anota que tal trabalho impõe a seu praticante um preço que se paga em solidão e isolamento.

A busca da verdade — em especial, da verdade dos fatos, a verdade factual — mobiliza saberes e métodos que não congregam, não levam as pessoas a confraternizar, mas, ao contrário, em oposição ao gregarismo próprio da política, afasta os seus agentes de conagraçamentos e confraternizações. Repórter e editor, embora frequentem com assiduidade o domínio político, não são estritamente sujeitos políticos como

os outros — são algo além disso, no sentido exato de que são algo fora disso.

Logo, quando o Manual apresenta uma escola jornalística que impele o profissional à militância radical do apartidarismo, põe em relevo uma ação política de outro tipo, na qual o radicalismo de centro, além de possível, é também necessário e desejável. O agente jornalístico procura o centro não como políticos que buscam denominadores comuns para costurar alianças, mas como quem busca o epicentro dos conflitos, de onde é possível observar e compreender esses mesmos conflitos. Aí, o centro não se define como ponto de chegada, elaborado pela negociação de interesses, mas como ponto de vista que se faz necessário ao relato objetivo.

O epicentro, ou o centro escolhido como lugar do observador, lugar ideal do repórter, afirma-se como pré-requisito para a leitura dos fatos, não como resultado de acertos de conveniência. Renunciar a esse centro implica renunciar à objetividade jornalística. Assim, o compromisso radical com esse centro constitui o pressuposto da ação do jornalista nos termos, nem sempre explícitos, do Manual.

A sensação, estranha para os não-jornalistas, não é nova para os que perdem tempo pensando sobre imprensa. Geoffrey Crowther, editor da *Economist* entre 1938 e 1956, escreveu, em 1955, uma frase que diz (quase) tudo: “A *Economist* gosta de pensar sobre si mesma como pertencente à tradição dos radicais. O extremo centro é a posição histórica da revista”.

O Manual não cita Crowther, mas partilha com ele um modo de ver. Lembremos que a *Economist* não poderia ser descrita ou classificada nos termos que servem para descrever ou classificar partidos políticos. Se fosse vista como partido, a revista não primaria pela coerência. Apoia causas tidas como “de esquerda” (o casamento gay, a legalização das drogas e o controle de armas), assim como apoiou outras, de direita (a ação americana na Guerra do Vietnã). O achado de Crowther,

“extremo centro”, não deve ser lido como peraltice estilística, mas como uma tirada que, humor inglês à parte, localiza o ponto com precisão. O jornalismo de que o velho editor da Economist gostava deveria situar-se num extremo sem extremismos.

A noção de extremo sem extremismos tem a ver com intransigência em relação a princípios fundamentais — não princípios finalísticos, mas relacionados a direitos fundamentais e a regras próprias do Estado de Direito e do debate público civilizado, que requer reconhecimento das divergências em um ambiente de respeito humano. Tanto para o jornalismo como para a democracia, os meios — os métodos, os direitos e a tolerância — contam mais do que os fins.

Aquele que apura os fatos postula, por decorrência lógica, que eles estejam na base das decisões democráticas. Logo, na democracia, os fins se subordinam aos modos de proceder, nunca o oposto. Os fins nunca deveriam justificar os meios; os meios é que determinam os fins. Daí se compreende melhor por que o jornalismo olha para o mundo a partir do centro e por que o jornalismo tem tanta disposição de atuar como um vigilante que defende o cumprimento dos princípios fundamentais, independentemente dos fins de cada um dos agentes políticos.

Nessa perspectiva, o Manual pensa com radicalidade, estimulando o jornalista a repelir a paixão das multidões partidarizadas e preferir estar só a estar bem — e não apenas mal — acompanhado. O radicalismo de centro, sem excentricidade nenhuma, é o único fio de coerência a percorrer as quase quatro décadas de vigências (no plural) do Manual da Redação.

Uma resenha para o futuro

Afora o quê, limites sensíveis se prenunciam. Antes de apontá-los, vale registrar o êxito da quinta versão do Manual, ponto de maturidade de um projeto de muitas escalas. A lógica editorial interna nunca esteve tão bem organizada. A consulta aleatória

ou a leitura extensiva nunca foram tão fáceis, claras e prazerosas.

Uma novidade é o capítulo dedicado ao estilo: 34 páginas com orientações vitais para quem não quer passar tanta vergonha ao redigir peças jornalísticas. Num tempo em que a língua vem sendo esquarterada em praça pública diante da indiferença barbitúrica do respeitável leitor, a Folha contraria a inércia e trata com mais vagar de concordância e elegância.

Verdadeiro ponto turístico é a compilação da seção “Erramos”. Hilariante. Nesse capítulo, cujo nome não deixa por menos (“Errei, mas quem não Erramos”), o leitor fica sabendo que a Folha se apressou em avisar a sociedade que Jesus Cristo não foi enforcado, mas crucificado; que o tatu não nasce de um ovo; e que não foi Jó, mas Noé, quem construiu a bíblica embarcação conhecida como Arca de Noé.

Os anexos temáticos, sobre economia, saúde, ambiente, Judiciário, estatística e outros cipoais, poderiam ser considerados matéria de utilidade pública. Mas há os limites, os gargalos, os pontos de esgotamento no rico repertório da obra. A título de ilustração, menciono aqui apenas cinco. Haveria outros, mas esses bastarão.

1. Os deveres do leitor. O Manual acerta em listar os direitos da fonte, assegurando garantias para aqueles que prestam informações aos repórteres. A amplitude desses direitos poderá passar por melhorias nas próximas edições, mas há um vazio que deve ser enfrentado desde já: os deveres do leitor. Fala-se em demasia dos direitos do leitor, do leitor como cidadão, do leitor como consumidor, que quer e pode saber disso e daquilo, que pode reclamar com a ombudsman, que pode interpelar a Redação. Mas e os deveres do leitor? Fiquemos atentos. Na era digital, novas ambiências e ferramentas abrem canais para que o público participe da apuração jornalística em diversos níveis. Novas e incontáveis possibilidades sociais e tecnológicas abrem aos não-jornalistas a chance de integrar o trabalho

jornalístico. Essas mesmas novas possibilidades deveriam, também, acarretar um pequeno rol de deveres, mesmo que indicativos, que poderiam balizar o comportamento dos leitores. Quanto a isso, nada de muito original. O livro *Elements of Journalism*, de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, em suas edições mais recentes, prescrevem deveres para o leitor. A Folha seria mais útil à sociedade se se ocupasse também disso nas próximas versões do seu Manual.

2. Pesquisas com as fontes. Além de medir a distribuição social e regional do leitorado e de pesquisar o grau de satisfação e de fidelidade do público leitor, uma publicação deve ter métricas para avaliar suas fontes em pelo menos duas frentes. Na primeira, verificará o equilíbrio entre as vozes que são ouvidas diariamente sobre cada um dos assuntos das editorias. Em economia, por exemplo, fontes ligadas ao mercado financeiro são mais frequentes que as ligadas à economia popular? Qual o ponto de equilíbrio? Na segunda frente, o jornal poderá conhecer a opinião das fontes sobre os repórteres que as procuram. Elas sentem que foram tratadas com educação? O que elas disseram foi representado devidamente no texto final? Elas foram induzidas a ter uma ideia errada sobre teor da reportagem?

3. Reegrar o seu envolvimento em projetos de jornalismo colaborativo. A Folha já se associa a repórteres de fora do Brasil na apuração de fatos que têm sede em países diferentes, como a corrupção envolvendo empreiteiras com atividades multinacionais. Nenhum grande jornal pode ignorar ou descartar essa tendência crescente, mas a relação entre redações vinculadas a empresas privadas (como a Folha) e outras, sem finalidade de lucro, não é matéria fácil. Como discipliná-la? Como assegurar a exclusividade? Principalmente: como abrir mão da exclusividade quando o produto da apuração não será distribuído por meio de canais comerciais? Eis apenas algumas das muitas perguntas que o jornal deverá responder com clareza, e de forma pública, no próximo período.

4. Um manual de áudio e vídeo? Em mais de uma passagem, o Manual expõe parâmetros para a confecção de reportagens em vídeo veiculadas no site da Folha e em redes sociais. É pouco. Como essas linguagens crescem avassaladoramente na internet, as políticas editoriais para elas devem crescer proporcionalmente. Experiências de grandes jornais de fora do Brasil mostram que o vídeo e o áudio — basta ver o sucesso dos podcasts nos Estados Unidos — conquistam lugar de honra. O Manual deve estar atento a isso e, se possível, se antecipar.

5. Novos canais e novas demarcações entre “igreja” e “Estado”. Nas versões futuras, não seria ruim pôr em foco as relações entre o lado editorial e o lado comercial (“igreja” e “Estado”, no jargão das redações) da empresa jornalística. Isso mudou muito de vinte anos para cá. Os termos de convivência entre os dois lados andam embaralhados, ou mesmo confusos. Um exemplo pode ser sentido nesta quinta edição. Um verbete fala sobre publicidade nativa (native ad ou branded content), que é produzida por jornalistas da própria Folha, alocados no Estúdio Folha. A publicidade nativa tem um aspecto gráfico que se aproxima do conteúdo jornalístico, mas é veiculada de forma a deixar claro que se trata de publicidade paga.

Esse cuidado, entretanto, não resolve um extenso mal-estar que se manifesta em várias redações do mundo. Como impedir que o crescimento da publicidade nativa não contamine a orientação clássica do jornal, que consiste em trabalhar o conteúdo para o leitor e não para o anunciante? Como lidar com as informações que a equipe do Estúdio Folha recebe do cliente (a marca anunciante)? Essa informação, se for notícia, será transmitida para os repórteres do outro lado da parede? Se não puder ser repassada, em que termos se dá essa reserva? Quais as distinções gráficas que darão a clareza devida à identificação do material gerado pelo Estúdio Folha como material publicitário, não jornalístico? Indo além, as próximas edições do Manual poderiam explicitar como funcionam

relações “igreja” — “Estado”, onde os dois lados — o jornalístico e o comercial — se separam e onde, no organograma, se fundem.

Mais ainda, no futuro, o Manual deveria conter ordenamentos que serviriam para todos os funcionários da empresa, e não só para os jornalistas, a serem cumpridos e valorizados por todos, do porteiro aos donos do jornal. Tais cuidados poderão dar mais amplitude, mais autoridade e mais credibilidade às versões futuras do Manual, a quem os jornalistas que gostam da profissão desejam vida ainda mais longa.

Edição 10

Destaques

Na colônia penal de Somos todos

Drauzio Varella

Paula Pinto e S

Tchékhov, que além de escritor era médico, relatou em sua obra a vida e a organização da ilha de prisioneiros na Rússia do século 19.

O falcão barcelonês

Leonardo Padura

Autor cubano rememora seus primeiros contatos com a obra e a vida de Manuel Vázquez Montalbán, mestre espanhol do romance noir